DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 2455/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/15391/2015
PROTOCOLO	: 1618034
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: ADÃO UNÍRIO ROLIM – PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 56/2015 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 06/2015
RELATOR (A)	: CONS. RONALDO CHADID

Em exame o procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 56/2015, e a formalização da Ata de Registro de Preços n. 06/2015, realizados pelo Município de São Gabriel do Oeste, com recursos do Fundo Municipal de Saúde, tendo como fornecedoras as empresas Simone de Camargo Rubio-EPP e Empório Hospitalar Comércio de Produtos Cirúrgicos Hospitalares Ltda., e como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para o registro de preços com vistas à aquisição de suprimentos, leite e fórmulas infantis para atender à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R$77.119,60.

Encaminhados os documentos de f. 02/383 os autos foram remetidos à 5ª ICE que emitiu a Análise ANA-5ICE-26278/2015 – f. 385/388 constatando que os documentos carreados encontram-se em conformidade com os termos das Leis 10.520/2002 e 8.666/93, e com a Instrução Normativa n. 35/2011.

O Ministério Público de Contas opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços, por estarem de acordo com a legislação pertinente, conforme Parecer PAR-MPC-GAB.6 DR.JAC-19289/2015 (f. 389/390).

É o relatório.

Das razões da decisão.

Constato inexistir irregularidades no procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 56/2015, e na formalização da Ata de Registro de Preços n. 06/2015, realizados pelo Município de São Gabriel do Oeste, em razão dos documentos obrigatórios carreados estarem em consonância com as Leis 10.520/2002 e 8.666/1993.

Observo que foram trazidos aos autos os seguintes documentos do Pregão Presencial: o comprovante de autorização para realização da licitação, a indicação do objeto, a publicação do edital, os documentos de habilitação, o resultado da licitação e sua publicação, a previsão orçamentária, a minuta do contrato e demais documentos exigidos pelo art. 3º da Lei 10.520/2002 e pelo Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, B, B.1 da INTC/MS n. 35/2011 e atendendo também aos requisitos exigidos pelos arts. 27 a 32 da Lei 8.666/93.

Realizado o certame, as empresas vencedoras foram devidamente habilitadas, entregando a documentação que atestava sua regularidade. Houve Parecer Jurídico favorável à legalidade do procedimento licitatório e ocorreu a adjudicação e homologação do resultado com sua devida publicação.

Os preços das empresas vencedoras do certame ficaram registradas nos seguintes valores:

- Simone de Camargo Rubio, no valor de R$26.119,60 e;
- Empório Hospitalar Comércio de Produtos Cirúrgicos Hospitalares Ltda., no valor de R$51.000,00.

Elaborada a Ata de Registro de Preços, esta contém as condições legais para execução, com a respectiva descrição da obrigação, responsabilidades e especificidades em relação à entrega dos produtos, os eventuais acréscimos e supressões, as penalidades e multas, o preço, o pagamento e sua vigência.

Dessa forma, tenho como suficientes as razões expostas pela 5ª ICE, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, e sob o fundamento do art. 120, inc. I, alínea "a" , do RITC/MS, aprovado pela RNTC/MS n. 76/2013, **DECIDO** pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 56/2015, e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 06/2015, realizados pelo Município de São Gabriel do Oeste, com recursos do Fundo Municipal de Saúde, tendo como fornecedoras as empresas Simone de Camargo Rubio-EPP e Empório Hospitalar Comércio de Produtos Cirúrgicos Hospitalares Ltda., por estarem em conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93.

É o voto.

Nos termos do art. 62, inc. I e II, do RITC/MS n. 76/2013, considerando que compete às ***Câmaras*** *o julgamento das contas que envolvam valores superiores ao previsto no art. 13, inc. II, a, do RITC/MS n. 76/2013, encaminhe-se os autos à Secretaria das Sessões para inclusão na pauta da respectiva Câmara.*

Campo Grande, 30 de março de 2016.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

GH